

TERMO DE REFERÊNCIA



Memorando 2.169/2024

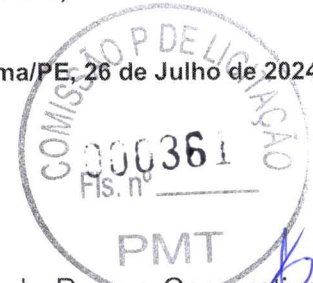


De: José Aelson Tavares Neto Setor: SEPLAG - CD - DC (PC) - DEPARTAMENTO DE COMPRAS (PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES)

Despacho: 3- 2.169/2024

Assunto: DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC's)

Toritama/PE, 26 de Julho de 2024



Solicitação de abertura de procedimento licitatório objetivando o Registro de Preços Corporativo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Toritama-PE.

Sra. Secretária

Venho por meio deste, em atendimento ao disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 280/2024, solicitar autorização para abertura de procedimento licitatório objetivando o Registro de Preços Corporativo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Toritama-PE.

Conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, apresentamos o Termo de Referência, bem como a pesquisa de preços, cujo valor total global máximo aceitável é de **R\$ 57.921,16 (cinquenta e sete mil, novecentos e vinte um real e dezesseis centavos)**.

Cumpra esclarecer que os recursos para a realização de despesas oriundas da pleiteada contratação deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente, e serão alocados do seguinte elemento de despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações diretas, conforme disposto no Termo de Referência.

Segue anexo o termo de referência, porém e a pesquisa de preços enviaremos em cópias físicas.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

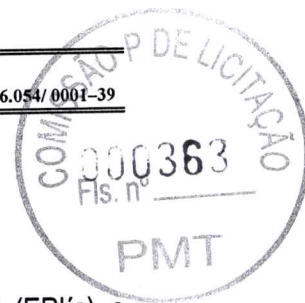
—
José Aelson Tavares Neto Assessor Técnico Nível II



to



TERMO DE REFERÊNCIA



1. OBJETO

1.1. Registro de Preços Corporativo de equipamentos de proteção individual (EPI's) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's), para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Toritama-PE, conforme especificação e quantitativo contidos no Apêndice I.

1.1.1. **Esta licitação está reservada exclusivamente à participação de microempresa, empresa de pequeno porte e empresário individual de responsabilidade limitada, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, conforme redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.**

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A licitação para o objeto pretendido justifica-se pela necessidade de proteger os servidores do município de Toritama que exercem atividades de limpeza, coleta de resíduos sólidos e serviços gerais, fazendo-se imprescindível para esta municipalidade a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva.

3. DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVO

3.1. A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão na forma eletrônica por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do arts. 28, I e 29 da Lei Federal 14.133/2021 c/c art. 1º do Decreto Municipal nº 269/2024.

3.2. A adoção do registro de preços corporativo enquadra-se nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III IV e V do art. 3º do Decreto Municipal nº 269/2024.

3.2.1. O Registro de Preços Corporativo deve ser adotado em virtude dos benefícios da economia de escala, a ser obtida em razão de um quantitativo maior a ser licitado, bem como a agilidade nas aquisições e a redução do número de licitações (um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município, resultando em uniformidade das especificações e, conseqüentemente, menores custos de propriedade).

4. JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DE IRP

4.1. Considerando que foi adotado o Registro de Preços Corporativo, onde são participantes todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, justifica-se a não divulgação da intenção de registro de preços pois todos os órgãos e entidades estão devidamente

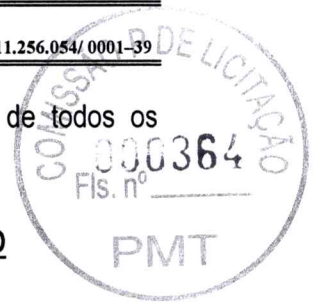
J



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

incluídos no SRPC. Dessa forma, assegura-se que as necessidades de todos os participantes sejam atendidas de maneira eficiente e coordenada.



5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A Descrição da solução como um todo quanto os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

7. DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

7.1. Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento deverá ser “menor preço” por ITEM, tipo de disputa: **ABERTA.**

9. DOS PRAZOS

9.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório.

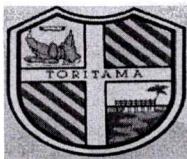
9.2. O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no Decreto Municipal art.nº 269/2024, como nas demais normas legais pertinentes.

9.2.1. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) seguirá(ão) o que dispõe o art. 105 da Lei 14.133/2021

9.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) da Ata de Registro de Preços o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disciplinado no art. 14 do Decreto Municipal nº 269/2024 e demais normas legais pertinentes, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021.

9.3.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o

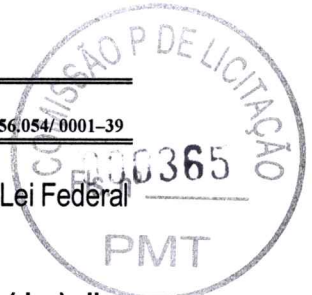
A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156º da Lei Federal 14.133/2021.



9.4. O prazo para entrega do objeto deste Termo de Referência será de **até 10 (dez) dias consecutivos**, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

9.4.1. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) constantes neste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de **até 3 (três) dias consecutivos**, contado do recebimento da solicitação de troca.

9.4.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: **Centro de Distribuição da Prefeitura de Toritama, situado na Av. Dorival José Pereira, nº 464, Bairro Tavares Martins – Toritama-PE**, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, mediante agendamento através do e-mail: setorcomprastoritama@gmail.com.

10. DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação possui valor máximo total aceitável de: **R\$ 59.404,02 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais e dois centavos)**.

10.2. Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente Termo de Referência deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente, e serão alocados do seguinte elemento de despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações diretas.

11. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. A participação na licitação será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, bem como o disposto nos arts. 47 e 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto a ser contratado.

11.2. Não poderão participar:

11.2.1. Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pela Administração Pública Municipal;

11.2.2. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

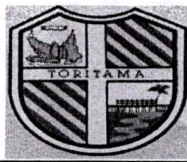
AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



- 11.2.3. Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.
- 11.2.4. Pessoas enquadradas no artigo 9º § 1º da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2.5. Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não como OS (Organizações Sociais) ou OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.
- 11.2.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais em comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse em comum.
- 11.2.7. Consórcio de empresa¹, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 11.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 11.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 11.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 11.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 11.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 11.3.4.1. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá fazer a declaração, conforme o subitem anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.
- 11.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

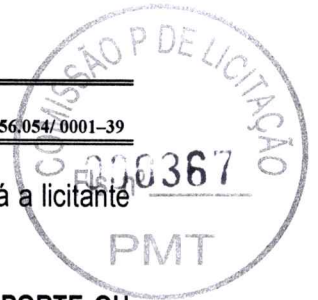
¹Considerando que a participação de empresas consorciadas nas licitações é um ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão Eletrônico em tela.

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



11.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em Lei e no Edital.

12. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

12.1. A condição de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

I. Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridicasimplessimples.htm>;
- b) **Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**

II. Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;
- e) **Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**

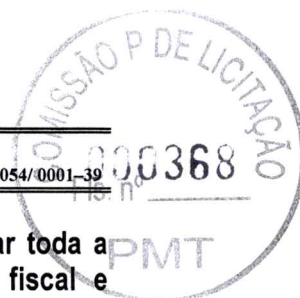
12.2. Os documentos relacionados no subitem 12.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela **Certidão expedida pela Junta Comercial**, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.

(Handwritten signature)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



- 12.3. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**
- 12.4. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado às Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 12.5. O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º do art. 43, da lei complementar nº 123/06 não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica, e qualificação econômica-financeira.
- 12.6. A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 12.4, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

13. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

- 13.1. A empresa deverá encaminhar proposta de preços, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 13.2. A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste, e deverá conter:
- 13.2.1. Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.
- 13.2.2. O valor unitário e global, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 13.2.3. Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.
- 13.3. A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.
- 13.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 13.4.1. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



- 13.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste.
- 13.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.
- 13.7. O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste.
- 13.8. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 13.9. Incumbirá à empresa acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.
- 13.10. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

13.11. DOCUMENTO COMPLEMENTAR À PROPOSTA DE PREÇOS

13.11.01 - Sob pena de desclassificação, a empresa deverá anexar junto à proposta de preços os documentos complementares à proposta de preços abaixo relacionados:

13.11.01.01 - Prova do registro do produto junto ao Ministério da Saúde, referente à marca cotada, através de publicação em Diário Oficial, formulário de petição ou consulta do produto emitido via internet através do site da ANVISA referente aos itens nº: 21 e 22.

13.11.01.02 - Se o produto for isento de registro, a licitante deverá apresentar cópia legível da isenção do registro emitida pelo Ministério da Saúde ou órgão competente.

14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO²

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta de preços classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de

² "Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005." (Fonte: Parecer PGE/PE nº 258/2023).

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 14.1.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
 - 14.1.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br>;
 - 14.1.3. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://spj.tce.pe.gov.br/spj-publico/#!/lista-inidoneidade>.
 - 14.1.4. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publiclicitantes-inidoneos>.
- 14.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro poderá reputar o licitante como inabilitado, se houver falta de condição de participação.
- 14.3. **Para fins de habilitação, deverão as licitantes interessadas apresentar os documentos abaixo relacionados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública.**
- 14.3.1. **Documentação relativa à Habilitação Jurídica:**
- 14.3.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 14.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, **o ato constitutivo eou a alteração social consolidada** devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 14.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e
 - 14.3.1.4. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 14.3.2. **Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:**
- 14.3.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



14.3.2.1.1. As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 14.3.3.1.

6

14.3.3. Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

14.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJMF);

14.3.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

14.3.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.3.3.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

14.3.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.3.4. Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do Art. 7º da C.F., bem como o inc. IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021:

14.3.5. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

14.3.6. Será exigida da licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos.

14.5. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da sua expedição,

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

- 14.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma. b
- 14.7. A licitante que deixar e apresentar quaisquer documentos exigidos para habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste, ou com irregularidade, que não possa ser sanada por meio eletrônico (documentos de internet) será inabilitada.
- 14.8. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 14.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 14.9. O Pregoeiro poderá solicitar documentos de habilitação complementares (diligências), quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, devendo o licitante encaminhá-los, em formato digital via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 14.10. É facultado ao Pregoeiro solicitar os originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, os quais deverão ser encaminhados para o endereço informado no sistema, dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro.
- 14.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
- 14.11.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

15. GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços Corporativo, conforme dispõe o art. 28 do Decreto Municipal nº 269/2024.

- 15.1.1. Considerando as especificidades e competências técnicas do objeto a ser contratado, a Secretaria de Planejamento e Gestão poderá delegar o gerenciamento /



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

da(s) Ata(s) de Registro de Preços Corporativa a Secretaria de Planejamento e Gestão, consoante o disposto no §3º do art. 22 do Decreto Municipal nº 34/2019



15.2. Quando do gerenciamento da Ata de Registro de preços, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 269/2024, deverá:

- I. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº 269/2024;
- II. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 269/2024;
- III. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso X, art. 5º do Decreto Municipal nº269/2024;
- IV. Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante, conforme o inciso XI, art. 5º do Decreto Municipal nº 269/2024.

15.3. O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo V do Decreto Municipal nº 269/2024.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

16.1. A Ata de Registro de Preços Corporativa, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 269/2024.

16.2. O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024 somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

16.3. Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

16.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços Corporativa, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da

h

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), de acordo com o disciplinado no § 1º do art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024.

- 16.5. As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada ao Poder Executivo do Município não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços Corporativa para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no inciso I do art. 26 do Decreto Municipal nº 269/2024.
- 16.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciador e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem, nos termos do inciso II do art. 26 do Decreto Municipal nº 269/2024.
- 16.7. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Corporativa, de acordo com o § 3º do art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024.
- 16.7.1. O prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços corporativa, conforme o § 4 do art. nº 25 do decreto 269/2024
- 16.8. Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS QUE DELA ORIGINAREM

- 17.1. A Gestão da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão, através de sua Secretária.
- 17.2. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos que dela originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:
- 17.2.1. Os fiscais setoriais designados serão:

a) Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão: Sr. Edenilson Alex da Silva, Assessor Técnico Nível III.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



b) Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, Sr. José Raul Santos Seixas Silva, Coordenador de Execução de Obras.

c) Fundo Municipal de Assistência Social, o Sr. Jonas Daniel Ferreira, Assessor Técnico nível II.

d) Companhia de Trânsito e Transporte Urbano – CTTU, o Sr. Jefferson Lira da Silva, Diretor Administrativo e Financeiro.

e) Fundo Municipal de Saúde: Sra. Luciana Rosane da Costa Gois, Coordenadora Administrativa.

17.3. Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

17.4. Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Detentora/Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e respectivo Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor da Ata de Registro de Preços /Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços /Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6

17.5. Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada.
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- c) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- e) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- g) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços /Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O objeto deste Termo de Referência será recebido:

- 18.1.1. Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 18.1.2. Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



18.2. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Contratada.

18.3. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

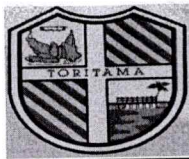
19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1. Além das obrigações legais, regulamentares e contratuais e demais documentos, obriga-se, a contratada a:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021.
- b) Nos termos do art. 120 da Lei 14.133/2021, a Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento contratual.
- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento
- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução do contrato.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o contrato.

✍

✍



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



- k) Atender prontamente às requisições do Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.
- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

19.2. Caberá ao Contratante as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante com relação ao objeto do contrato.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução deste objeto.
- f) Comunicar as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

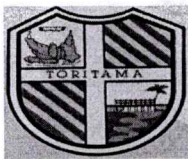
20. DO PAGAMENTO DAS FATURAS

20.1. O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto deste Termo de Referência em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo da Tesouraria, localizada na Avenida Dorival José Pereira 1370, Parque das Feiras, 55.125-000, Toritama-PE, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

20.1.1. O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Contratada no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

20.1.2. O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



- 20.2. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.
- 20.3. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.
- 20.4. **Ocorrendo o atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração, fica assegurado à Contratada o direito à extinção do contrato conforme art. 137, §2º, inc. IV da Lei nº 14.133/2021.**

21. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 21.1. De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da art. 92, V, da lei 14.133 de 2021.
- 21.2. Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.
- 21.3. A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela Contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

22. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 22.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei n.º 14.133/2021 e posteriores alterações, conforme os artigos 17 do Decreto Municipal nº 269/2024.
- 22.1.1. Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme faculdade conferida a administração, visto que a ata não gera obrigação de contratar.
- 22.2. As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

23. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 23.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 – CNPJ: 11.256.054/0001-39



cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no art. 18 do Decreto Municipal nº 269/2024.

23.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art. 19 do Decreto Municipal nº 269/2024.

23.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.19 do Decreto Municipal nº 269/2024.

23.2.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

23.3. Caso o preço de mercado supere o registrado na ata e o fornecedor não possa cumprir com as obrigações nela contidas, ser-lhe-á facultado requerer a revisão do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, consoante o disposto no art. 20 do Decreto Municipal nº 269/2024:

23.3.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão ou entidade gerenciador a análise e a deliberação a respeito do pedido, bem como eventual negociação do valor proposto.

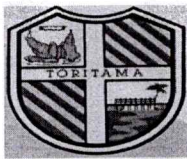
23.3.2. Mediante requerimento do detentor, o gerenciador poderá suspender as autorizações de consumo/adesão à ata de registro de preços durante o período de análise a que se refere ao subitem anterior, resguardando o atendimento dos pedidos pretéritos.

23.3.3. Se não houver prova efetiva do desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciador e o fornecedor continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

23.3.4. Na hipótese de cancelamento do registro de preços o órgão ou entidade gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para manifestarem se têm interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou os serviços, inclusive pelos preços revisados na forma do subitem 23.3.6.

23.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no subitem 23.3.1, o gerenciador revisará os preços registrados de acordo com a realidade do mercado, sem repercussão automática dos novos valores registrados sobre os pedidos pretéritos.

23.3.6. Caso o detentor não aceite os preços revisados no patamar estabelecido pelo gerenciador, o registro será, total ou parcialmente, cancelado e o detentor será liberado do



compromisso assumido, sem aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

23.4. Sendo deferido o pedido de reequilíbrio, observadas as condições do subitem 23.3.1 e, na ausência de manifestação por quaisquer dos integrantes do cadastro de reserva, o órgão ou entidade gerenciador efetuará a revisão do preço registrado.



24. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, consoante o disposto art. 21 do Decreto Municipal nº 269/2024, quando:

- I. Descumprir de forma injustificada as condições da ata de registro de preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;
- II. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- III. Sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo poder executivo municipal, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- IV. Não aceitar o preço revisado pelo órgão ou entidade gerenciador;
- V. Passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da ata de registro de preços;
- VI. Decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor;

24.1.1. Na hipótese prevista no item III do subitem 24.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços e não seja diretamente relacionada ao seu descumprimento, o órgão ou a entidade gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

24.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.1.3. A extinção do registro do fornecedor não afeta os registros dos demais fornecedores registrados de acordo com o cadastro reserva.

24.1.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, precedidas de autorização escrita e fundamentada da

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo, conforme o art. 138, II, §1º da Lei nº 14.133/2021.



25. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

25.1. As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

26. DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

26.1. O regime jurídico que rege este acordo confere ao Município as prerrogativas constantes dos art. 104 da lei 14.133/2021, as quais são reconhecidas pela Contratada.

27. DA RESCISÃO CONTRATUAL

27.1. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, de acordo com o previsto nos Art. 138 da Lei 14.133/2021, incidindo sobre a Contratada as sanções estabelecidas em lei e no presente instrumento contratual.

28. PENALIDADES E SANÇÕES

28.1. O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei 14.133/2021.

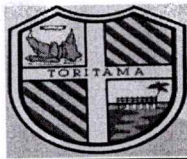
28.2. O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I. Advertência;

II. Multa, nos seguintes termos:

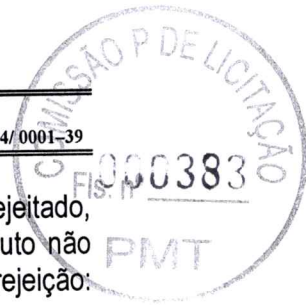
- a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta) do valor do produto;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;
- c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



d) Pela recusa da Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;

6

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

28.3. Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 03 (três) anos;

28.4. As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

28.5. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

28.6. A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

28.7. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Contratada estará sujeita às penalidades:

28.8. Ficará sujeito as penalidades previstas no art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

28.9. Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações e Capítulo II-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

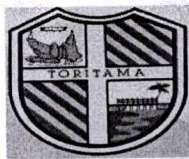
28.10. As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

Toritama (PE), 26 de julho de 2024

José Aelson Tavares Neto
José Aelson Tavares Neto

Diretor de Compras

Secretaria de Planejamento e Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

**APÊNDICE I
TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**



1. OBJETO

1.1 - Registro de Preços Corporativo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Toritama, conforme especificação e quantitativo descritos abaixo:

EPI's e EPC's							
ITEM	SKU	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	11817	240136	Avental branco em pvc forrado, com alças para ajustes no pescoço e na cintura, tamanho 1,20x0,70m	UNIDADE	32	R\$ 11,72	R\$ 375,04
2	7094	-	Bota 7 léguas - branca, bota de segurança, tipo impermeável de uso profissional, confeccionado em policloreto de vinil (pvc) injetado em uma só peça. Características e comprimentos de cano 26cm. Numeração: 36 a 44.	PAR	20	R\$ 41,11	R\$ 822,20
3	15470	-	Botina de segurança, em couro, com cadarço numeração: 36 a 44, cor marrom - Acompanhado do Certificado de Aprovação (CA 40872)	PAR	100	R\$ 89,68	R\$ 8.968,00
4	15471	222158	Bota de borracha ou pvc - tipo cano longo na cor preta. Numeração: 36 a 44	PAR	81	R\$ 40,29	R\$ 3.263,49
5	15472	234464	Bota de borracha ou pvc - tipo cano longo na cor branca. Numeração: 36 a 44	PAR	26	R\$ 45,56	R\$ 1.184,56
6	11833	221218	Capacete de segurança - com carneira ajustável e jugular em 3 pontos, cores variadas	UNIDADE	10	R\$ 29,65	R\$ 296,50
7	7110	376410	Cone de sinalização - (formato cônico) na cor preta com faixas refletivas na cor amarela, com altura de 75 cm e base de 40 cm. fabricado com borracha de alta durabilidade e resistente a ação do sol e do clima, com ponta com encaixe ou passagem para corrente plástica. Peso total acima de 3,0 kg, com mais de 40% dele concentrado na base.	UNIDADE	75	R\$ 61,34	R\$ 4.600,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

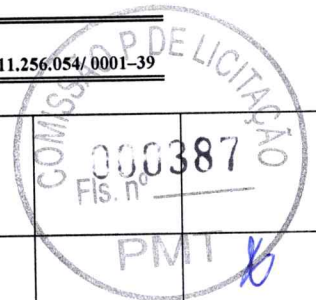
AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



8	11830	600700	Fita zebraada - de polietileno, tipo de uso: sinalização, na cor amarelo e preto, medindo 200 mts.	ROLO	48	R\$ 11,28	R\$ 541,44
9	11832	250718	Luva de pvc - cano longo, tipo de uso: produtos químicos/esgoto, agentes abrasivos e etc. revestimento externo em policloreto de vinila (pvc) e acabamento antiderrapante na região palmar e ponta dos dedos e dorso. Características adicionais: cor preta, comprimento mínimo 50cm, reutilizável, formato anatômico, embalagem: 01 par de luvas	PAR	50	R\$ 31,94	R\$ 1.597,00
10	11863	440994	Luva de tecido - tricotada, pigmentada e antiderrapante. Luva de segurança tricotada em quatro fios de algodão; pigmentos antiderrapantes de pvc na palma e face palmar dos dedos; sem costura; possui pigmentação de alta qualidade. tipo de uso: proteção contra agentes mecânicos. Embalagem: 01 par de luvas.	PAR	106	R\$ 5,83	R\$ 617,98
11	7113	366699	Luva de borracha - cano longo, de no mínimo 33 cm. 01 par de luvas.	PAR	274	R\$ 3,00	R\$ 822,00
12	11866	440934	Luva confeccionada em raspa de couro - punho 15cm, com reforço externo em raspa entre o polegar e o indicador, com reforço interno em raspa na palma e face, tipo de uso: contra agentes abrasivos e escoriantes. características; cor: natural, certificado de aprovação, cabedal em couro raspa.	PAR	12	R\$ 11,42	R\$ 137,04
13	11824	440934	Óculos de proteção - incolor, com ajustes, óculos do tipo rio de janeiro, características: lente transparente de policarbonato e pernas pretas, apoio nasal e proteção lateral, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco.	UNIDADE	19	R\$ 5,97	R\$ 113,43
14	11831	373538	Tela de proteção - tapume, extrusada, na cor laranja, rolo medindo 1,20cmx50m	ROLO	7	R\$ 88,86	R\$ 622,02
15	7117	-	Máscara descartável - do tipo pff2, sem válvula.	UND	1716	R\$ 0,98	R\$ 1.681,68
16	7118	485529	Protetor auricular - tipo plugue de silicone	PAR	20	R\$ 1,97	R\$ 39,40
17	11835	399937	Fardamento para açougueiro, conjunto de segurança - calça e bata no tecido oxford na cor branca, manga curta, com botões frontais, gola em "v", com bolsos. calça com elástico, com	UNIDADE	3	R\$ 81,85	R\$ 245,55



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA
AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39



			bolsos traseiros e frontais, nos tamanhos; p,m,g,gg e xg.				
18	11819	477986	Cinta ergonomica - do tipo abdominal com suspensório e dorsal lombar, elástico reforçado com haste dupla na região lombar. flanges maleáveis de no mínimo 22 cm de comprimento, em nylon de alta resistência; velcro de alta aderência. Tamanhos m e g.	UNIDADE	15	R\$ 45,27	R\$ 679,05
19	7121	280231	Capa de chuva em pvc - com capuz, com mangas longas, fechamento frontal, na cor amarela.	UNIDADE	57	R\$ 20,79	R\$ 1.185,03
20	11820	-	Macacão masculino - tipo jardineira, confeccionado em pvc, impermeável, conta com botas acopladas, bolso interno, tiras e passantes para regulagem de altura.	UNIDADE	13	R\$ 227,49	R\$ 2.957,37
21	2408	-	Protetor solar - fps 60, com 1 litro, proteção contra raios uva e uvb, produto dermatologicamente testado, livre de óleo, garantindo maior conforto durante o uso. resistente à água e suor, possui vitamina a, hipoalergênico, rápida absorção e ação hidratante. não comedogênico. validade de 2 anos após a data de fabricação.	UNIDADE	43	R\$ 158,48	R\$ 6.814,64
22	7124	-	Repelente de insetos - repelente de insetos spray com alta eficácia contra mosquitos transmissores de zika, dengue, chikungunya, febre amarela e outras. Com duração de proteção de no mínimo 6h, hipoalergênico, frasco de 100ml, contendo lote de fabricação, data de validade e data de fabricação.	FRASCO	32	R\$ 24,10	R\$ 771,20
23	11869	-	Kit de equipamento de proteção individual costal padrão - calça com perneira em pvc, camisa com mangas compridas, proteção de cabeça (tipo burca árabe), viseira com espuma, luvas em látex nitrílico e avental em pvc, impermeável.	UNIDADE	10	R\$ 86,58	R\$ 865,80
24	11838	-	Uniforme auxiliar de limpeza - conjunto em two way (poliéster com elastano) de calça com bolsos traseiros e frontais e jaleco manga curta. cintura da calça com cós de elástico, jaleco com 3 bolsos e o fechamento com botões, tamanhos: p, m, g, gg e xg. (cor a definir)	UNIDADE	18	R\$ 112,00	R\$ 2.016,00
25	7127	-	Avental de couro para solda em geral - avental de segurança, confeccionado em raspa de couro, costurado com fio de algodão. Indicado para proteção do tronco do usuário contra agentes abrasivos escoriantes e térmicos provenientes de operação de soldagem e processos similares	UNIDADE	9	R\$ 37,81	R\$ 340,29

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA
AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

26	11822	-	Luva anticorte, material furo de vidro e polietileno, de alta resistência e proteção contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.	PAR	16	R\$ 19,89	R\$ 318,24
27	11825	-	Óculos de segurança, antiembaçante fumê, com ajustes, características: lentes em policarbonato com tratamento anti-risco e proteção contra raios uva 60% e uvb 95%.	UNIDADE	16	R\$ 9,27	R\$ 148,32
28	11826	-	Protetor facial incolor - proteção dos olhos e face contra impactos de partículas voláteis frontais, respingos líquidos em geral.	UNIDADE	3	R\$ 25,72	R\$ 77,16
29	7131	-	Máscara de solda eletrônica - com filtro de escurecimento automático, área de visão mínima de 92x42 m, com estágio claro aproximadamente din 4, e estágio escuro entre 10 a 15 din, proteção do filtro no mínimo 16 din.	UNIDADE	3	R\$ 116,34	R\$ 349,02
30	11827	-	Mangote de couro - proteção dos braços contra agentes abrasivos e escoriantes. tipo de uso: soldagens e processos similares.	PAR	17	R\$ 27,50	R\$ 467,50
31	11828	-	Perneira de couro - perneira de segurança, confeccionada em couro, com velcro e fivelas, talas de pvc na parte frontal, proteção contra agentes abrasivos e escoriantes.	PAR	17	R\$ 30,46	R\$ 517,82
32	7134	-	Touca em tecido para açougueiro - touca com tiras que permite ajuste por amarração na parte traseira, garantindo maior conforto.	UNIDADE	12	R\$ 8,12	R\$ 97,44
33	7135	-	Cinto de segurança completo com 02 talabartes - cinturão de segurança do tipo paraquedista com 2 pontos de conexão, com abdominal integrado e fivelas duplas de aço para ajustes nas pernas, suspensórios e cintura.	UNIDADE	9	R\$ 368,03	R\$ 3.312,27
34	11829	-	Colete cor laranja com fitas refletivas na cor verde - colete de alta visibilidade e segurança, confeccionado em tecido fluorescente com faixas retrorrefletivas, vestimento de alta qualidade e durabilidade.	UNIDADE	3	R\$ 21,25	R\$ 63,75
35	7137	-	Máscara respiratório facial com filtro para vapores orgânicos carbografites - respirador 1 / 4, proteção respiratória nas atividades em contato com micropartículas ou poeira de materiais como gesso, madeira, etc. possui filtro contra vírus e bactérias.	UNIDADE	12	R\$ 17,44	R\$ 209,28
36	11872	-	Filtro para protetor facial rc 202 - para proteção das vias respiratórias contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos.	UNIDADE	100	R\$ 17,23	R\$ 1.723,00
37	11873	-	Filtro para protetor facial rc 203 - para proteção das vias respiratórias contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos.	UNIDADE	100	R\$ 17,84	R\$ 1.784,00

A

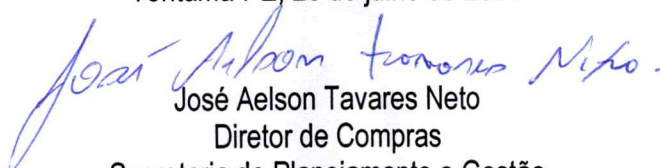


PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA
AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

38	11875	-	Filtro para protetor facial rc 206 - para proteção das vias respiratórias contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos.	UNIDADE	100	R\$ 23,24	R\$ 2.324,00
39	13332	-	Luva vaqueta - Luva de segurança confeccionada em vaqueta, com reforço palmar interno, tipo petroleira, punho com 7cm, com elástico embutido no dorso, costurada com linha de nylon. Aprovado para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. Esse material deve apresentar o selo do INMETRO e o Certificado de Aprovação válido (CA 16475) gravados no material	PAR	50	R\$ 21,79	R\$ 1.089,50
40	13331	-	Luva Isolante Classe 00 - confeccionada em borracha natural, possui sistema antichama e tratamento halógeno, oferecendo segurança contra choque elétrico de no máximo 500v. Esse material deve apresentar o selo do INMETRO e o Certificado de Aprovação válido (CA 38400) gravados no material. Devem seguir de acordo com as normas nbr 10622/NBR 16295/ASTM D120e perfurantes.	PAR	10	R\$ 162,96	R\$ 1.629,60
41	15473	-	Luva emborrachada, em látex corrugado, para coleta seletiva Acompanhado do Certificado de Aprovação (CA 28709)	PAR	57	R\$ 6,49	R\$ 369,93
42	15474	-	Botina para eletricitista - botina de segurança confeccionada em microfibras, com proteção elétrica e mecânica, apresentando colarinho soft acolchoado, com forração, fechamento em elástico nas laterais e biqueira de PVC, solado isolante em PU bidensidade Calçado isolante classe I possuem a finalidade de isolamento em instalações elétricas de baixa tensão 500V, em condições secas. Informações adicionais: o produto com C.A (certificado de aprovação) - CA 15303 gravado na botina, (numeração 36 à 44) atendendo a NR10.	PAR	31	R\$ 108,58	R\$ 3.365,98

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 59.404,02 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais e dois centavos).

Toritama-PE, 26 de julho de 2024


José Aelson Tavares Neto
Diretor de Compras
Secretaria de Planejamento e Gestão

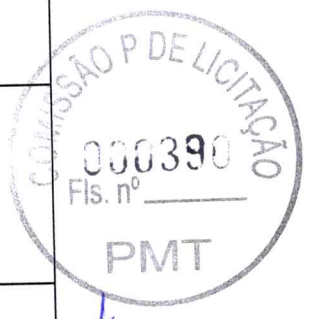


PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C.E.P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

**APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA
MEMÓRIA DE CÁLCULO**

ITEM	SKU	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADES (a)			MARGEM DE SEGURANÇA (b)		TOTAL GERAL (d) = a.2 x b.1
					QUANTIDADES ANTERIOR	CONSUMO (9 MESES) (a.1)	CONSUMO (12 MESES) (a.2)	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO (b.1)	PERCENTUAL (b.2)	
1	11817	240136	Avental branco em pvc forrado, com alças para ajustes no pescoço e na cintura, tamanho 1,20x0,70m	UNIDADE	35	22	29	110%	10%	32
2	7094	-	Bota 7 léguas - branca, bota de segurança, tipo impermeável de uso profissional, confeccionado em policloreto de vinil (pvc) injetado em uma só peça. Características e comprimentos de cano 26cm. Numeração: 36 a 44.	PAR	45	2	3	110%	10%	20
3	15470	611994	Botina de segurança, em couro, com cadaço numeração: 36 a 44, cor marrom - Acompanhado do Certificado de Aprovação (CA 40872)	PAR	535	3	4	110%	10%	100



6

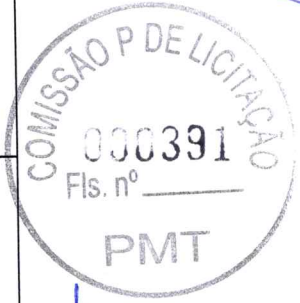
A



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP. 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

4	15471	222158	Bota de borracha ou pvc - tipo cano longo na cor preta. Numeração: 36 a 44	PAR	50	55	73	110%	10%	81
5	15472	234464	Bota de borracha ou pvc - tipo cano longo na cor branca. Numeração: 36 a 44	PAR	26	0	0	110%	10%	26
6	11833	221218	Capacete de segurança - com carneira ajustável e jugular em 3 pontos, cores variadas	UNIDADE	22	2	3	110%	10%	10
7	7110	376410	Cone de sinalização - (formato cônico) na cor preta com faixas refletivas na cor amarela, com altura de 75 cm e base de 40 cm. fabricado com borracha de alta durabilidade e resistente a ação do sol e do clima, com ponta com encaixe ou passagem para corrente plástica. Peso total acima de 3,0 kg, com mais de 40% dele concentrado na base.	UNIDADE	83	51	68	110%	10%	75
8	11830	600700	Fita zebreada - de polietileno, tipo de uso: sinalização, na cor amarelo e preto, medindo 200 mts.	ROLO	41	33	44	110%	10%	48





PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C.E.P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

9	11832	250718	Luva de pvc - cano longo, tipo de uso: produtos químicos/esgoto, agentes abrasivos e etc. revestimento externo em policloreto de vinila (pvc) e acabamento antiderrapante na região palmar e ponta dos dedos e dorso. Características adicionais: cor preta, comprimento mínimo 50cm, reutilizável, formato anatômico, embalagem: 01 par de luvas	PAR	171	15	20	110%	10%	50
10	11863	440994	Luva de tecido - tricotada, pigmentada e antiderrapante. luva de segurança tricotada em quatro fios de algodão; pigmentos antiderrapantes de pvc na palma e face palmar dos dedos; sem costura; possui pigmentação de alta qualidade. tipo de uso: proteção contra agentes mecânicos. embalagem: 01 par de luvas.	PAR	376	72	96	110%	10%	106
11	7113	366699	Luva de borracha - cano longo, de no mínimo 33 cm. 01 par de luvas.	PAR	799	187	249	110%	10%	274





PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C.E.P. 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

12	11866	440934	Luva confeccionada em raspa de couro - punho 15cm, com reforço externo em raspa entre o polegar e o indicador, com reforço interno em raspa na palma e face, tipo de uso: contra agentes abrasivos e escoriantes. características: cor: natural, certificado de aprovação, cabedal em couro raspa.	PAR	55	8	11	110%	10%	12
13	11824	373538	Óculos de proteção - incolor, com ajustes, óculos do tipo rio de janeiro, características: lente transparente de policarbonato e pernas pretas, apoio nasal e proteção lateral, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco.	UNIDADE	95	13	17	110%	10%	19
14	11831	-	Tela de proteção - tapume, extrusada, na cor laranja, rolo medindo 1,20cmx50m	ROLO	35	5	7	110%	10%	7
15	7117	485529	Máscara descartável - do tipo pff2, sem válvula.	UND	45	1287	1716	110%	10%	1716
16	7118	399937	protetor auricular - tipo plugue de silicone	PAR	121	4	5	110%	10%	20





PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C.E.P. 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

17	11835	477986	Fardamento para açougueiro, conjunto de segurança - calça e bata no tecido oxford na cor branca, manga curta, com botões frontais, gola em "V", com bolsos. calça com elástico, com bolsos traseiros e frontais, nos tamanhos; p,m,g,gg e xg.	12	2	3	110%	10%	3
18	11819	280231	Cinta ergonomica - do tipo abdominal com suspensório e dorsal lombar, elástico reforçado com haste dupla na região lombar. flanges maleáveis de no mínimo 22 cm de comprimento, em nylon de alta resistência; velcro de alta aderência. tamanhos m e g.	31	0	0	110%	10%	15
19	7121	374385	Capa de chuva em pvc - com capuz, com mangas longas, fechamento frontal, na cor amarela.	112	39	52	110%	10%	57
20	11820	482285	Macacão masculino - tipo jardineira, confeccionado em pvc, impermeável, conta com botas acopladas, bolso interno, tiras e passantes para regulagem de altura.	17	9	12	110%	10%	13





PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C.E.P 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

21	2408	407620	Proteitor solar - fps 60, com 1 litro, proteção contra raios uva e uvb, produto dermatologicamente testado, livre de óleo, garantindo maior conforto durante o uso. resistente à água e suor, possui vitamina a, hipoalergênico, rápida absorção e ação hidratante. não comedogênico. validade de 2 anos após a data de fabricação.	UNIDADE	14	29	39	110%	10%	43
22	7124	436466	Repelente de insetos - repelente de insetos spray com alta eficácia contra mosquitos transmissores de zika, dengue, chikungunya, febre amarela e outras. Com duração de proteção de no mínimo 6h, hipoalergênico, frasco de 100ml, contendo lote de fabricação, data de validade e data de fabricação.	FRASCO	71	22	29	110%	10%	32
23	11869	220520	Kit de equipamento de proteção individual costal padrão - calça com perneira em pvc, camisa com mangas compridas, proteção de cabeça (tipo burca árabe), viseira com espuma, luvas em látex nitrílico e avental em pvc, impermeável.	UNIDADE	10	1	1	110%	10%	10





PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C.E.P. 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

24	11838	-	Uniforme auxiliar de limpeza - conjunto em two way (poliéster com elastano) de calça com bolsos trazeiros e frontais e jaleco manga curta. cintura da calça com cós de elástico, jaleco com 3 bolsos e o fechamento com botões, tamanhos: p, m, g, gg e xg. (cor a definir)	28	12	16	110%	10%	18
25	7127	220520	Avental de couro para solda em geral - avental de segurança, confeccionado em raspa de couro, costurado com fio de algodão. Indicado para proteção do tronco do usuário contra agentes abrasivos escoriantes e térmicos provenientes de operação de soldagem e processos similares	9	0	0	110%	10%	9
26	11822	463203	Luva anticorte, material furo de vidro e polietileno, de alta resistência e proteção contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.	16	0	0	110%	10%	16
27	11825	373538	Óculos de segurança, antiembaçante fumê, com ajustes, características: lentes em policarbonato com tratamento anti-risco e proteção contra raios uva 60% e uvb 95%.	52	11	15	110%	10%	16





PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

28	11826	308648	Protetor facial incolor - proteção dos olhos e face contra impactos de partículas voláteis frontais, respingos líquidos em geral.	UNIDADE	17	2	3	110%	10%	3
29	7131	366649	Máscara de solda eletrônica - com filtro de escurecimento automático, área de visão mínima de 92x42 m, com estágio claro aproximadamente din 4, e estágio escuro entre 10 a 15 din, proteção do filtro no mínimo 16 din.	UNIDADE	3	1	1	110%	10%	3
30	11827	603203	Mangote de couro - proteção dos braços contra agentes abrasivos e escoriantes. tipo de uso: soldagens e processos similares.	PAR	17	0	0	110%	10%	17
31	11828	447115	Perneira de couro - perneira de segurança, confeccionada em couro, com velcro e fivelas, talas de pvc na parte frontal, proteção contra agentes abrasivos e escoriantes.	PAR	17	0	0	110%	10%	17





PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C.E.P. 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

32	7134	390453	Touca em tecido para açougueiro - touca com tiras que permite ajuste por amarração na parte traseira, garantindo maior conforto.	UNIDADE	12	0	0	110%	10%	12
33	7135	286357	Cinto de segurança completo com 02 talabartes - cinturão de segurança do tipo paraquedista com 2 pontos de conexão, com abdominal integrado e fivelas duplas de aço para ajustes nas pernas, suspensórios e cintura.	UNIDADE	9	0	0	110%	10%	9
34	11829	220531	Colete cor laranja com fitas refletivas na cor verde - colete de alta visibilidade e segurança, confeccionado em tecido fluorescente com faixas retrorrefletivas, vestimento de alta qualidade e durabilidade.	UNIDADE	24	2	3	110%	10%	3
35	7137	460418	Máscara respiratório facial com filtro para vapores orgânicos carbografites - respirador 1/4, proteção respiratória nas atividades em contato com micropartículas ou poeira de materiais como gesso, madeira, etc. possui filtro contra vírus e bactérias.	UNIDADE	21	8	11	110%	10%	12
36	11872	-	Filtro para protetor facial rc 202 - para proteção das vias respiratórias contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos.	UNIDADE	259	6	8	110%	10%	100





PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C.E.P. 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

37	11873	338176	Filtro para protetor facial rc 203 - para proteção das vias respiratórias contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos.	UNIDADE	259	0	0	110%	10%	100
38	11875	442074	Filtro para protetor facial rc 206 - para proteção das vias respiratórias contra a inalação de vapores orgânicos e gases ácidos.	UNIDADE	259	0	0	110%	10%	100
39	13332	449497	Luva vaqueta - Luva de segurança confeccionada em vaqueta, com reforço palmar interno, tipo petroleira, punho com 7cm, com elástico embutido no dorso, costurada com linha de nylon. Aprovado para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. Esse material deve apresentar o selo do INMETRO e o Certificado de Aprovação válido (CA 16475) gravados no material	PAR	0	0	0	110%	10%	50
40	13331	338212	Luva Isolante Classe 00 - confeccionada em borracha natural, possui sistema antichama e tratamento halógeno, oferecendo segurança contra choque elétrico de no máximo 500v. Esse material deve apresentar o selo do INMETRO e o Certificado de Aprovação válido (CA 38400) gravados no material. Devem seguir de acordo com as normas nbr 10622/NBR 16295/ASTM D120e perfurantes.	PAR	0	2	3	110%	10%	10
41	15473	-	Luva emborrachada, em látex corrugado, para coleta seletiva Acompanhado do Certificado de Aprovação (CA 28709)	PAR	0	39	52	110%	10%	57



to

to



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

42	15474	364706	Botina para eletrícista - botina de segurança confeccionada em microfibrã, com proteçãõ eléctrica e mecânica, apresentando colarinho soft acolchoado, com forraçãõ, fechamento em elástico nas laterais e biqueira de PVC, solado isolante em PU bidensidade Calçado isolante classe I possuem a finalidade de isolaçãõ em instalações eléctricas de baixa tensãõ 500V, em condições secas. Informações adicionais: o produto com C.A (certificado de aprovaçãõ) - CA 15303 gravado na botina, (númeraçãõ 36 à 44) atendendo a NR10.	PAR	0	21	28	110%	10%	31
----	-------	--------	--	-----	---	----	----	------	-----	----

Técnicas de previsão de demanda utilizadas:

PREDILEÇÃO:

Foi utilizada mediante informações qualitativas, tais como pesquisas de opinião e informações prestadas por funcionários.

PROJEÇÃO:

Foi utilizada nos casos em que é possível a aplicação da técnica quantitativa, que prima unicamente pelo tratamento de dados de uma série histórica de consumo, de forma a obter a previsão para períodos subsequentes.

Toritama - PE, 26 de julho de 2024

José Aelson Tavares Neto
José Aelson Tavares Neto
Diretor de Compras

Secretaria de Planejamento e Gestão

